

A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região de Santa Cruz-RS – 1905 a 1930

Sandino Hoff*

Resumo

O tema deste artigo é a construção do ramal ferroviário entre Couto e Santa Cruz, em 1905, que propiciou às forças da sociedade capitalista a concentrar a produção, centralizar o capital e desenvolver economicamente o município. Os objetivos do estudo foram: verificar como atuaram o Estado intervencionista na construção do ramal, os monopólios na administração do transporte ferroviário de mercadorias e os oligopólios na produção e na comercialização; entender a superação da indústria manufatureira pela fábrica moderna; analisar as marcas das mercadorias, em seu registro na Junta Comercial. Os dados empíricos foram levantados, na Junta Comercial com registro no Diário Oficial da União–DOU e no Almanak Administrativo e Industrial – Estado do Rio Grande do Sul. Para a análise, foram utilizadas a categoria singular/universal (ALVES, 2003).

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Concentração de capital; Modernização do comércio; Produção do fumo; Registro na Junta Comercial.

* Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera – UNIDERP (sandino.hoff@terra.com.br).

Abstract

The subject of this study are the construction of the railway branch Couto- Santa Cruz and the capital concentration in Santa Cruz, RS, - 1905 to 1930. The railroad gave conditions to new forces of capitalist society to concentrate production, centralize capital and economically develop the microregion. Objectives of this study: to check how acted the Interventionist State, the monopolies and the domain that exerted on the transport of products, and the oligopolies that took the production and the commercialization; to verify the overcoming of the manufacturing period by the modern factory; to analyze the marks of the products, in his registry in Union Board of Trade. As methodological procedures were used authors who researched the municipality, the documents of the Board of Trade, recorded in the Diário Oficial da União – DOU.

Key words: Regional development; Concentration of capital; The modernization of trade; Production of tobacco; Registration in Union Board of Union.

Introdução

O tema deste artigo é a construção do ramal ferroviário entre Couto e Santa Cruz, em 1905, que propiciou às novas forças da sociedade capitalista a concentrar a produção, centralizar o capital e desenvolver economicamente o município. Os processos de concentração resultaram na hegemonia econômica dos oligopólios e do capital financeiro. Os objetivos do estudo foram: verificar como atuaram o Estado intervencionista na construção do ramal, os monopólios na administração do transporte ferroviário de mercadorias e os oligopólios na produção e na comercialização; entender a superação da indústria manufatureira pela fábrica moderna, do comércio manufatureiro por um novo comércio;

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...

analisar as marcas das mercadorias, em seu registro na Junta Comercial definidas por espécie, peso e preço, indicadoras da nova fase do capitalismo instituída na microrregião.

A casa comercial de Santa Cruz, formada por estabelecimentos comerciais, armazéns, lojas e empórios, operava as trocas, típicas do período manufatureiro, entre 1876 e 1905. Conforme Friginals (1988, p. 312s), uma das características deste período foi a atitude do comerciante em avaliar o produto em seu aspecto físico, no momento da compra, em seu armazém. A nova fase capitalista ganhou visibilidade com a mudança de fase foi a superação do “comerciante de físicos” para um mercado “abstrato”, em que as marcas dos produtos vendidos em maços e pacotes fechados, tinham a garantia da aprovação dada pela Junta Comercial, com a determinação de distinguir as espécies de produtos de sua fabricação e de registrar suas marcas e seu peso por maços. Os pacotes fechados eram encomendados por telefone, telégrafo, sem mais a necessidade de se ver, apalpar, medir o produto nos empórios e armazéns. Isso foi possível graças aos financiamentos bancários, à instalação de máquinas, ao transporte ferroviário e fluvial, ao telégrafo, ao telefone e à formação de recursos humanos; em suma, graças ao ramal construído que propiciou uma nova fase capitalista na microrregião.

Os dados empíricos foram levantados nas pastas do CEDOC-Unisc, na Junta Comercial com registro no Diário Oficial da União–DOU e no Almanak Administrativo e Industrial de Rio de Janeiro – Estado do Rio Grande do Sul. Foram utilizados os dados disponíveis em um grande número de autores que tomaram como objeto de estudo a região de Santa Cruz: Para a análise, foram utilizadas a categoria singular/universal (ALVES, 2003) e as contribuições teórico-metodológicas de Friginals (1988) e de Lênin (1979).

Justifica-se o tema pela análise de uma região singular, onde se manifestou o movimento do capital que, à época, já estava posto em âmbito internacional e nacional. Na microrregião de estudo, inicialmente, a hegemonia econômica coube à casa comercial do

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região... período manufatureiro e, no período deste estudo, coube ao capital financeiro que assumiu a si, a partir de sua acumulação feita no comércio e na indústria. Justifica-se, também porque a hegemonia econômica da microrregião desenvolveu-se de forma diversa daquela reinante no Estado, onde a primazia econômica estava nas mãos dos “proprietários de terra, gado e charqueadas” (PESAVENTO, 1980, p. 65).

O ramal ferroviário, o Estado intervencionista e os monopólios

HOBSBAWN (1982, p. 61) resume a invenção da ferrovia da nova era: “A razão é que nenhuma outra invenção revelava (...) o poder e a velocidade da nova era. [...] A estrada de ferro era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia”.

O ramal ferroviário Couto – Santa Cruz foi construído, em 1905, pelo Estado com auxílio do governo central, que remeteu ao RS insumos de ferros e outros materiais (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU, 15/06/1905, p. 13). Foi inaugurado no mesmo dia em que Santa Cruz foi elevado a município. A ligação ferroviária proporcionou grande aumento de produtos exportados e importados. O governo estadual entregou a administração do ramal à *Cie. Belge Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*, que possuía concessões de ferrovias no Rio Grande do Sul, desde 1898, com contratos de construção, conclusão e arrendamento de prolongamentos e ramais. A companhia belga construiu “as estações, oficinas, depósitos e mais edifícios, dependências e benfeitorias, a linha telegráfica e todo o material do almoxarifado” (DOU, 15/06/1905, p. 13). Ela administrou o ramal de 1905 a 1911, quando a gestão passou a fazer parte do monopólio da *Brazil Railways* de Percival Farkuhar, que tinha ligações diretas com a empresa belga. Dois anos após, o governo estadual encampou todas as linhas ferroviárias do RS.

A ligação ferroviária facilitou a exportação dos produtos regionais e aumentou a importação para atender a procura por

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...

mercadorias de qualidade e a modernização da indústria e do comércio. Os produtos escoavam pela ferrovia até o porto da Margem, via Rio Pardo. De lá seguiam em embarcações a vapor pelo rio Jacuí até Porto Alegre. Assim, Santa Cruz ligou-se a Santa Maria, em 1905; a Uruguaiana, em 1907; diretamente a Porto Alegre, em 1910. A partir de 1912, a linha férrea estendeu-se até Marcelino Ramos e, de lá, até Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Esta ligação teve dois obstáculos no trajeto: a caída da ponte sobre o rio Uruguai, meses depois da inauguração, e as interrupções impostas pela Guerra Cabocla, no trecho de Santa Catarina, entre 1912 e 1916 (THOMÉ, 1983). Santa Cruz pode, então, exportar o fumo e outros produtos para todo o Sul do Brasil.

Entre 1876 e 1905, 28 empresas belgas atuavam no Brasil, nos setores de mineração, bancos, exportação de magnésio, cervejarias, vidros, fazendas, gás, fábrica de armas para o exército, ferrovias, viadutos de ferro e a Fazenda Descalvados, Vila Maria, MT, onde industrializavam o charque e o extrato de carne (GARCIA, 2009, p. 122). Também no Rio Grande do Sul, os belgas tinham concessões, como que atuou em Santa Cruz. A *Cie. Belge Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil* e, depois, o Grupo Farkuhar monopolizaram, em Santa Cruz, o transporte de mercadorias importadas e exportadas. Além desses monopólios, atuavam o Estado intervencionista e os oligopólios, a exemplo do que ocorria em escala brasileira e mundial.

Roche, citando Menezes, assinala a importância do ramal: “O exemplo mais característico da influência da estrada de ferro sobre o crescimento da exportação agrícola, é o de Santa Cruz. A tonelage lá passou de 3.451 toneladas, em 1904, [...] para, 6.521 em 1910” (ROCHE, 1969, p. 63). Spies (2000) indica que, em 1906, no início da circulação do trem no ramal, houve um aumento de 10,81% de exportação; em 1908, o aumento foi de 56,18% e, em 1909, as toneladas exportadas de fumo alcançaram 87,6% a mais do que antes de a ferrovia ser inaugurada. A estrada de ferro acarretou, também, o cultivo e a exportação de outros produtos, como a banha que subiu 133%, o feijão (165%), a batata (412%) e

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...
o milho (726%). O melaço, frutas, rícino, ovos, aves e manteiga cresceram em quantidade, promovendo a diversificação produtiva local. (ROCHE, 1969).

Com o ramal, surgiram o sistema de telefonia (1905), o telégrafo, a Usina de Luz Elétrica em 1906, encampada pela Intendência Municipal em 1911, através de empréstimos da Caixa de Crédito (NORONHA, 2012, p. 59/60) e o abastecimento da água em 1908. Localizaram-se na cidade cinco agências bancárias, além de um representante de banco: a Caixa Econômica Santa-cruzeense, fundada em 1904, a Caixa União Popular, criada em 1918, o Banco do Comércio, o Banco da Província e o Banco Pelotense, instalados na cidade. Estes se tornaram acionistas cofundadores da Companhia de Fumos Santa Cruz, em 1918 (LAGEMANN, 1980, p. 102), alinhando se à indústria, como expressa Lênin, na “luta pelas fontes de matérias-primas” (LÊNIN, 1979, p. 125). A presença de bancos nas ações da Companhia de Fumos Santa Cruz está em consonância com a tendência mundial do capital financeiro.

Por capital financeiro entende-se, neste artigo, a concentração da produção que gerou a concentração do capital, disponível nos bancos, o qual os empresários industriais e comerciantes utilizam (LÊNIN, 1979, p. 46). Em âmbito mundial, essas instituições possibilitaram a passagem da livre competição para a presença de grupos econômicos que controlavam os setores de produção e de comercialização.

Inicialmente, tem-se a atuação do Estado intervencionista na construção do ramal, de dois monopólios, operando o transporte da ferrovia, que trouxeram nova vida econômica no investimento em profissionais e técnicos, em construções feitas em gares, armazéns, depósitos, casas de moradia e outros em bens necessários, com projetos modernos e financiamentos bancários. Seguiu-se a modernização do comércio e da indústria, graças à que os comerciantes conseguiram adaptar-se às novas técnicas da administração e da comercialização.

Novas forças sociais

A nova fase da sociedade capitalista na microrregião de Santa Cruz, RS, iniciou-se com a passagem do período manufatureiro para o da maquinaria industrial e da modernização da casa comercial. Marca-se, para isso, o ano de 1905, pela construção do ramal, pela atuação do estado intervencionista e de monopólios e pela formação de oligopólios, agasalhados pelo capital financeiro.

Neste estudo não se confunde a concentração econômica com o monopólio ou o oligopólio, embora se considere que aquela levou à formação destes, ou, em outros termos, a concentração “implicou uma tendência ao oligopólio” (HOBSBAWN, 1988, p. 71). Os dois monopólios, constituídos em âmbito mundial, controlaram e administraram o transporte de mercadorias na microrregião. Os oligopólios foram formados em sequência. O período do capital financeiro estendeu-se por todo o século XX, embora este estudo limitou-se ao ano de 1930, com a Crise da Bolsa (1929), seguida com a bancarrota do Banco Popular em 1929 e do Banco Pelotense, em 1931.

A Exportadora Hennig, criada em 1918, é um exemplo de como um oligopólio nasceu pequeno, para tornar-se grande. Acumulou capital desde a década de 1870 por meio da agricultura familiar no interior da comarca de Santa Cruz, da instalação de uma venda de secos e molhados, do financiamento de fumo cultivado pelos agricultores, da negociação do tabaco com a casa comercial urbana e, depois, com o beneficiamento próprio do fumo em seu armazém. Até aqui, tem-se um exemplo do domínio da casa comercial do período manufatureiro, no último quartil do século XIX. O novo comércio ocorreu com a superação do período manufatureiro. Alves (2005, p. 51) afirma que na “superação da indústria manufatureira pela moderna, também o comércio manufatureiro foi superado, nesse momento, por um novo comércio”. Assim, com a ferrovia alcançando os mercados do Sul do Brasil e a fronteira argentina e uruguaia, de forma inicial em

1905 e de forma plena em 1916, os filhos do pioneiro criaram a Exportadora Hennig, em 1918, a Casa Bancária Hennig, em 1921, e em 1948, a Fábrica de Cigarros Hennig. Marque-se a frase de NORONHA (2012, p. 233) que corresponde ao início do século: “Exportava fumo sem intermediários”. Em 1918, no pós-guerra, a empresa não dependia mais da mediação dos atacadistas porto-alegrenses; ela própria fazia os contatos com os países compradores, principalmente do continente europeu, para proceder às trocas (NORONHA, 2012, p. 231).

O comércio manufatureiro ali foi superado por um novo comércio. Augusto Hennig montou um quadro de profissionais e técnicos, contratou um homem habilidoso, Elíbio Maelaender, que administrava a loja e o armazém, desamarrando-se ele próprio dos laços de trabalho que o prendiam ao armazém e à loja a fim de fazer os contatos e os negócios de exportação. O dirigente introduziu na loja a divisão do trabalho, contratando gerentes, fiscais e outros funcionários assalariados. O proprietário ocupava-se com as operações de compra e venda, efetuadas pela Exportadora, criada em 1918 (VOGT, 1997, p. 99). É de se supor, que manteve seguidos contatos por telégrafo e telefone com a Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo, existente desde 1895, e, muito provavelmente, com a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, fundada em 1917. Sem esses contatos, não seria possível tamanha comercialização.

A Companhia de Fumos Santa Cruz, criada em 1918, constituiu-se um oligopólio, resultante da união de proprietários de firmas de tabaco. Foi do tipo que Hobsbawn denomina “fusões ou acordos, com vistas ao controle do mercado entre firmas que, segundo a teoria da livre iniciativa, deviam estar concorrendo entre si” (HOBSBAWN, 1988, p. 69-70). Ela não teve um histórico de passagem pelo período manufatureiro. Não nasceu pequena, crescendo aos poucos; nasceu grande com a participação de acionistas, que haviam tido sólida experiência no beneficiamento de fumo, durante o período manufatureiro e na fabricação de cigarros a partir de 1905. Caracteriza-se como um oligopólio

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...

porque foi uma fusão de empresas e porque teve como acionistas co-fundadores o Banco da Província, Banco do Comércio e o Banco Pelotense. Dessa forma, a Companhia incorporou capital, equipou-se com máquinas modernas, transportadas por via ferroviária. Adquiriu a matéria-prima fornecida pelos armazéns que estavam em mãos de proprietários que, também, eram donos da Companhia. Entre os seis fundadores da Companhia estavam Theodoro Schilling & Cia que operava com 120 operários, em média anual, no seu próprio estabelecimento; Adolpho Iserhardt, com 75 trabalhadores; Helmuth Schuetz & Cia com 120 operários, operando máquinas elétricas modernas (NORONHA, 2012, p. 79). Também foram fundadores: João Alfredo Kliemann, Lindolfo Grawunder e José Etges, donos de beneficiamentos de fumo e de produção de cigarros.

O oligopólio da British American Tobacco – B. A. T - (1917) introduziu no cultivo do fumo a classe *Virgínia*, uso de adubos e de estufas e novas técnicas de trabalho. Além dos oligopólios descritos, surgiram, ainda, a Tabacos Tatsch em 1905, a firma de Augusto Bauermann, em 1913 e a Fábrica de Fumos Sudan, em 1920.

Há que se referir à foto de Lindolpho Grawunder, um dos fundadores da Companhia, que Noronha (2012) reproduziu em seu trabalho de tese. Foi tirada em 1910 no armazém de sua propriedade. Deixou-se fotografar deitado sobre os fardos de fumo, no interior de seu armazém, numa demonstração de domínio, controle e segurança do comerciante junto ao produto visível, tangível e mensurável. O “instantâneo” do comerciante foi feito em seu “reino dos físicos” (FRAGINALS, 1988), ou seja, no seu empório. Oito anos após, na Companhia de Fumos Santa Cruz, da qual era um dos sócios, administrou o oligopólio, registrando os produtos na Junta Comercial, publicados no Diário Oficial da União e comercializou o cigarro não mais em fardos de milheiros, deixando o produto tangível e visível ao comprador, mas em pacotes de maços e cada maço com uma vintena de unidades, com marca registrada.

A mudança do “comerciante dos físicos” para um mercado de “comércio abstrato” foi possível pela presença de financiamentos dos três bancos, pela introdução da maquinaria na produção, pelo transporte ferroviário e fluvial, pelo telégrafo e telefone, pelas novas técnicas do comércio e, também, pela criação de tipografias e litografias na cidade.

O tradicional posicionamento do comerciante que observava o físico da mercadoria continuou a ser empregado durante o novo período. Isso, porque a “fábrica de fumos”, ou a fumageira, ainda operava como manufatura, a serviço da indústria de cigarros. No armazém de fumo, a organização da produção continua sendo, até a atualidade, a divisão em diferentes etapas, seguida por trabalhadores que se responsabilizam apenas por uma parte da produção e despendem um trabalho parcelado e especializado; por isso, não se modificou a base técnica do trabalho no armazém. Tornou-se, porém, necessária uma nova organização do trabalho. Sendo decisivos os braços, exigiram-se a disciplina rígida no armazém e o cumprimento de normas técnicas introduzidas no cultivo do fumo, como fez a B. A. T, instalada em Santa Cruz em 1917.

As fumageiras operam até hoje como manufaturas orgânicas, “um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1980, p. 389). O trabalho ali é manual, auxiliado por instrumentos, que exige “habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, absorvido por uma função parcial...” (MARX, 1980, p. 389). O auxílio da carregadeira para deslocar os fardos e do forno a gás ou à lenha para a secagem das folhas, não modificou a base técnica do trabalho. O armazém ficou subordinado à indústria, como, auxiliar da indústria.

Para a nova fase da sociedade capitalista, foi necessário formar um quadro de profissionais e técnicos. Os cursos, com aprendizado sempre atualizado, foram organizados para a juventude do município e se tornaram os instrumentos necessários às atividades comerciais e industriais. Depois de 1905, surgiram novos cursos no Colégio Sinodal (*Evangelische Realschule*, depois

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...

Colégio Mauá) e no Liceu São Luiz: o Curso Contábil (84% dos filhos da elite), o Curso de Guarda-livro (64,91 dos filhos da elite), com menor percentual para Perito Contador (9,65%) e do Curso Comercial (7%) (NORONHA, 2000, p. 140s), além do Curso Técnico em Botica e Farmácia, Comercial, Técnico Contábil, Comercial e Finanças e Tipografia.

A formação dos filhos dos empresários industriais deu-se na Alemanha e Suíça, em cursos do Instituto Técnico Industrial do Rio de Janeiro, na Faculdade de Engenharia de Porto Alegre e Instituto Tecnológico de São Paulo. Os filhos dos comerciantes, em sua maioria, cursaram as faculdades de Medicina, Direito e Economia de Porto Alegre (NORONHA, 2012).

A nova fase da sociedade capitalista foi determinada, a partir da instalação do ramal ferroviário, pela presença do Estado intervencionista e dos monopólios estrangeiros, pela modernização da casa comercial, representação de bancos, criação de caixas econômicas e instalação de agências bancárias, cujas atividades refletiram-se na formação de oligopólios, primeiro a B.A.T, depois, a Companhia de Fumos Santa Cruz e outros.

A modernização da indústria e a força de trabalho

Os processos de concentração e centralização do capital adquiriram em Santa Cruz força, envergadura e alcance. Invadiram a cidade e a área rural, adaptaram as formas de trabalho e modificaram a vida, os modos de ser e pensar da população. Dominaram o mercado conforme seus interesses de momento. Reordenaram as economias locais. Foram-se impondo, aos poucos, como uma categoria político-econômica e a sociedade foi organizada segundo as exigências do capital agroindustrial especializado na produção do fumo.

O ramal representou a liberação daquilo que, estando já presente mundialmente como concentração da produção e do capital, que criou o capital financeiro, era estranho à natureza do período manufatureiro de Santa Cruz. As condições materiais para o acesso às novas forças

capitalistas, agora, estavam dadas e a ferrovia produziu as condições materiais para a criação de oligopólios, financiados pelo capital bancário. A presença de três bancos na formação da Companhia acordou-se ao modelo mundial, cuja intenção era: “conhecer exatamente a situação real de seus clientes capitalistas, controlá-los e agir sobre eles e determinar o destino deles” (LÊNIN, 1979). A história demonstrou que, tendo passado as crises resultantes da I Guerra Mundial, da crise de Nova York e da II Guerra Mundial, o resultado foi a dependência da indústria e do comércio ao capital financeiro. Em 1905, os empresários já viam claramente o “ovo da serpente”. Viam-no não como futuro sombrio, à semelhança de Ingmar Bergman, diretor do filme com nome idêntico, mas como mercado promissor.

Os comerciantes da região intensificaram a relação com os oligopólios, mesmo quando estes passaram a obter o domínio e o controle sobre a casa comercial, porque entenderam as leis do mercado que superaram a livre competição pela concorrência oligopólica. O conjunto da sociedade teve que se adaptar às exigências das novas forças sociais.

A instalação de monopólios, a formação de oligopólios e a modernização da indústria e do comércio resultaram, também, em aumento populacional no município e, evidentemente, em aumento do capital variável. Desenvolveram-se as indústrias de produtos alimentares (Baumhardt e outros), bebidas (Tatsch), fundições (Schreiner), bombas de água (Binz), tipografias (Riedl), fábricas de móveis, de chapéus, de calçados, especialidades farmacêuticas e oficinas diversas. Sabe-se delas pelas solicitações feitas à Junta Comercial e pelo registro no DOU, a partir de 1918. Os capitalistas da cidade adaptaram-se ao domínio dos oligopólios do fumo. Em consequência, fixaram residência, na cidade, trabalhadores, operários, empregados de serviços públicos e privados, funcionários de bancos, atendentes de lojas, pequenos comerciantes, feirantes. Estatísticas sobre o aumento dos serviços, lojas e indústrias o comprovam (MENEZES, 1979). Instalaram residência em Santa Cruz, também, diretores, gerentes, técnicos e profissionais, por necessidade da divisão do trabalho nas atividades, modificando a vida da cidade.

Os empregos disponíveis fizeram aumentar a população em 61,33%, conforme os Recenseamentos de 1900 e de 1920. A evolução do número de estabelecimentos agrícolas deu-se mediante o parcelamento das propriedades. No início da colonização os prazos (lotes) eram de 140 mil braças quadradas e, principalmente de 100 mil braças (48 hectares). A superfície média deles era de 45 hectares em 1870, de 43 em 1900, de 40 em 1920 (ROCHE, 1969, p. 325). O rearranjo da estrutura fundiária com aumento de propriedades e a divisão de superfícies foi decorrência do crescimento populacional rural. A partir de 1900, quase não houve migração de europeus. Conforme os Censos Demográficos, entre 1900 a 1920, a população do Rio Grande do Sul cresceu 52,64%, enquanto a do Brasil aumentou 56,92% (www.ibge.gov.br); e da microrregião, 61,33%.

No período, houve, também, uma elevada emigração de Santa Cruz, para as novas colônias de Sobradinho, Selbach, Ibirubá e Cerro Azul, perdendo “5.222 habitantes, entre 1900 e 1920; e 3.874 habitantes até 1940” (ROCHE, 1969, p. 337). Assim mesmo, o aumento da população foi significativo: em 1900, 23.122 habitantes e, em 1920, 37.500 habitantes (KRAUSE, 1991, p. 61s). O aumento populacional urbano deveu-se à criação de novos empregos em órgãos de serviços públicos e privados, em pequenos comércios e à progressiva oferta de emprego nas casas comerciais e nas indústrias.

Os oligopólios reordenaram a economia local. Tornaram-se uma categoria político-econômica e organizaram a sociedade local segundo as exigências do capital agroindustrial especializado na produção do fumo. A referência ao usineiro, feita por IANNI (1984, p. 40), aplica-se também a este estudo. O oligopólio do fumo “se impôs como uma categoria político-econômica poderosa, no campo e na cidade”.

As marcas, as espécies, o peso e os preços das mercadorias

O capital, que se formou pelo comércio e pela indústria, depositado nos bancos, começou a financiar os oligopólios em

Santa Cruz. Na comercialização dos produtos, seguiu-se o modelo mundial: a mercadoria, acondicionada em embalagens, tinha marcas definidas, determinadas por seu conteúdo, seu peso, sua espécie e seu preço. Cumpridas essas exigências, o mercado estava apto para a comercialização mundial dos produtos. A Companhia de Fumos Santa Cruz, em 1918, industrializou as folhas de fumo e abrigou os cigarros em maços de 20 unidades, com o produto aprovado pela Junta Comercial e a marca registrada no DOU. O cigarro produzido, antes desta data, era comercializado em milheiros, em recipientes com tampas a serem abertas para a verificação e a avaliação do comprador. A mudança na transação de produtos exigia o acompanhamento de marcas, tipos e preços, o que se verificou a partir de 1918, em Santa Cruz.

O Diário Oficial da União - DOU, em 1916, registrou as vendas de cigarros em milheiros: “Marcas, espécies, peso de cigarros, em milheiro”, aprovadas pela Junta Comercial. Nos anos anteriores só se encontram a aprovação da Junta Comercial e o registro no DOU cigarros em milheiros. A partir deste ano, apareceram os maços com marcas definidas e com anúncios em revistas e jornais, propondo, para venda, pacotes com maços de 20 unidades. Junto ao registro de milheiro, pela primeira vez, apareceu o produto “em maços de 20 cigarros”, como as marcas *Marqueza*, *Goyanos*, *Douro*, *Lolita*, cigarrilhas Schuetz, todos da propriedade da firma Schuetz de Santa Cruz. No mesmo ano, o DOU publicou o despacho da Junta Comercial que aprovou cigarros e cigarrilhas de propriedade de Augusto Bauermann, de Santa Cruz, em milheiros.

A Companhia de Fumos Santa Cruz, até 1921, utilizou a Litografia Minerva Ltda para a confecção de maços, marcas, estampas e estampilhas. Nesse período também foi criado o curso de Typografia no *Evangelische Realschule* (Colégio Mauá) em Santa Cruz, a fim de formar os técnicos. Em 1920, o Diário Oficial da União publicou a determinação às firmas: “distinguir as marcas”, “registrar as marcas” e “distinguir fumos e cigarros de sua fabricação” e registrou a aprovação tanto da “vintena” como do “milheiro”.

As fábricas de cigarros da cidade solicitaram a aprovação, e a obtiveram, das marcas *Miramar*, *Pelikan*, *Lolita*, *Martha*, *Phyrné*, *Kiss-me*, *Epiros*, *Lili*, *Flamingos*, encontradas no registro do DOU de 1919. Nas páginas do DOU de 1920 e 1921, há a identificação da “marca” como “única”, delimitando-a diferenciada das demais e a aprovação do lote por “vintena”.

Em 1922, foi instalada a Tipografia Lamberts & Riedl, para atender a nova demanda. No mesmo ano, uma seção de litografia e de tipografia foi criada dentro da Companhia de Fumos Santa Cruz, que lhe reservou uma ala, para confeccionar material de propaganda e embalagens para a comercialização. A tipografia, operada com máquinas, fabricava maços, pacotes, rótulos, estampas e etiquetas, cartuchos para sementes, propagandas impressas em calendários, anuários e jornais de divulgação. (DOU, 1922). A marca de cigarro *Lolita – Manufactura do Cigarro de Luxo*, de propriedade de Grawunder, anteriormente comercializada em caixas de milheiros, em 1922, apareceu com o nome de *Lolita*, da Companhia de Fumos Santa Cruz, em maço de 20 unidades.

Em 1923, a “tabela de marcas e preços da manufatura Erwino Wagner”, tanto das cigarrilhas Wagner, quanto de seus charutos *Cuba*, ficou registrada, ainda, em “milheiro” (DOU, 1923, 7 de fevereiro). A solicitação da “Fábrica de Cigarrilhas de propriedade de Augusto Bauermann” também foi feita em milheiros, no mesmo ano. No dia 12 de fevereiro de 1923, o DOU registrou os preços da Companhia de Fumos Santa Cruz – cigarros e cigarrilhas – em “venda de cada maço de 20 unidades”. Na mesma data, publicou a “Tabella de marcas e preços dos produtos da fábrica de cigarros ou cigarrilhas, de propriedade da Firma J. Kliemann, de Santa Cruz, fixando a “vintena de *Patricios* e de *Goianos*”. A partir de 1923, as solicitações da Companhia de Fumos Santa Cruz referiam-se sempre a “preço de maço”, desaparecendo a forma de “preço por milheiro”.

No DOU de 31 de janeiro de 1927, ainda constam pequenas empresas que tiveram aprovados “cigarros manufacturados, em

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...

milheiro”, embora também constassem “vintena” e “marcas e tabelas de preços de carteiras de 20 cigarros” nestas solicitações.

A padronização dos produtos, constantes no DOU, foi viabilizada pela fábrica moderna, que passou “a assegurar uma comercialização de novo tipo, que dispensava a presença física das mercadorias [...] e liberou as operações comerciais, o que facultou o surgimento da própria bolsa de produtos”. (ALVES, 2005, p. 53). O “reino das coisas abstratas” exigia que os maços e os pacotes de cigarros – ou os demais produtos enviados à aprovação da Junta Comercial - tivessem a especificação do produto e a distinção de conteúdo com referência aos produtos similares, para poderem ser comercializados. Além disso, havia a exigência de as estampilhas serem aplicadas em locais corretas, como se deduz de uma multa aplicada à Cia. de Fumos Santa Cruz, em 1921, pela Recebedoria do Distrito Federal: “As estampilhas devem ser aplicadas repartidamente no fecho de ambas as extremidades dos respectivos pacotes. Está, pois, patente a infração regulamentar”.

A Companhia de Fumos Santa Cruz tinha mercado aberto em vários países. A Tabacos Tatsch & Cia (1905), a Fundação Schreiner e as demais empresas tornaram-se sociedades anônimas. Indicavam os novos tempos e o novo método de comercialização, enquanto “mercado abstrato”. Para além do armazém e da loja, para além do reino das coisas, as novas forças organizaram um método de comercialização, que decidia o preço, as condições de venda e o destino dos produtos, sem intervenção “física” do antigo comerciante. A bolsa de produtos se tornou “o instrumento mais adequado para especular” e a “ferramenta de dominação” (FRAGINALS, 1988, p. 327). Vários nomes foram dados à comercialização abstrata, no Brasil: Bolsa de Fundos Públicos, Bolsa de Mercadorias e, depois, Bolsa de Valores (LEITE, 2011).

As bolsas de produtos e as encomendas vindas de toda parte garantiam o “reino da abstração”, graças à introdução da maquinaria, ao transporte ferroviário e às ações do capital financeiro. A indústria preparava produtos empacotados, com marcas registradas; o ramal ferroviário, por sua vez, garantia o transporte das mercadorias.

Os oligopólios de Santa Cruz foram a manifestação num espaço determinado, “de como leis gerais do universal operam, dando-lhe uma configuração específica” (ALVES, 2003, p. 28).

Conclusão

A casa comercial do período manufatureiro foi superada pelas novas forças sociais da indústria mecanizada, da casa comercial moderna e do capital financeiro, surgindo nova hegemonia econômica, que já estava atuante no Brasil como um todo, desde o final do século XIX.

Em 1905, a abertura da ferrovia ao transporte e a instalação do telégrafo e do telefone marcaram o início do período da concentração da produção, da acumulação do capital em Santa Cruz. Surgiram os bancos que reuniam nos seus cofres o capital acumulado pelos capitalistas comerciais e industriais e que movimentavam o capital mediante participação em ações de sociedades anônimas, como a Companhia de Fumos Santa Cruz.

A Caixa Econômica Santa-cruzeense (1904), a Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz (1918) e Banco Hennig, atuando, inicialmente, como bancos prestamistas, aos poucos se transformaram em sociedades anônimas. As agências de três bancos instalados na cidade (Província, Pelotense e Banco do Comércio) operaram em funções bancárias novas, como capital financeiro, tornando-se acionistas e co-fundadores da Companhia de Fumos Santa Cruz.

Os processos de concentração de capital formaram os oligopólios, como as indústrias modernas de cigarros, de fundição mecanizada e de metalurgia pesada. Propiciaram o aumento da exportação e da importação. O novo período da economia santa-cruzeense foi marcado pelo aumento populacional, com a presença de técnicos, funcionários, administradores, trabalhadores nos serviços, no comércio, na indústria e nas oficinas. Novas técnicas de cultivo do fumo e secagem por estufa foram introduzidas pela B, A. T. por ocasião de sua instalação em Santa Cruz, no ano de

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região... 1917 e o maquinário industrial foi implantado na Companhia de Fumos Santa Cruz em 1918.. As exportações de produtos e as importações de máquinas e de insumos agrícolas aumentaram.

O novo período econômico teve início com a construção do ramal ferroviário, a presença do Estado intervencionista, os monopólios dos transportes ferroviários, oligopólios de indústrias, exportadoras com transações diretas com os países estrangeiros, fundições, empresas com máquinas modernas, além dos bancos e de suas participações como acionistas na indústria e no comércio.

As novas forças criaram um método de comercialização que não necessitavam mais da presença física da mercadoria. A abstração do mercado foi possível pela criação de bolsas de valores, que se tornaram, também, uma ferramenta da dominação, “o instrumento mais adequado para especular” (FRAGINALS, 1988), impondo preços e condições, além de estabelecer a dominação da concorrência monopólica sobre a concorrência comum.

Neste estudo, apreendeu-se o processo histórico da pequena região geográfica de Santa Cruz, remetendo-o à configuração do movimento mundial que começou com a crise do capitalismo em 1873, com a concentração da produção e do capital e, por fim, da criação de oligopólios e do capital financeiro. Friginals (1988) assim resumiu o novo período da história: “Nuevas fuerzas dominaban el mundo de las cosas”. As atividades econômicas regionais foram a configuração específica e singular de como o capital se movimentou em escala mundial. “São singularidades, ou particularidades, cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade global” (IANNI, 1993, p. 39).

Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. **A Casa Comercial e o Capital Financeiro em Mato Grosso. 1870-1929.** Campo Grande: Ed. Uniderp, 2005.

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o Universal e o Singular**. Campo Grande: Editora Uniderp, 2003.

BRASIL. IBGE. www.ibge.gov.br

CENTRO de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul, Cedoc-Unisc. Pasta de Empresas.

BRASIL. Diário Oficial da União - DOU. 1890-1927. www.jusbrasil.com.br

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e Negócios na “Era dos Impérios”**: os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 360 p.

HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Impérios. 1875-1914**. Rio de Janeiro: Edit. Paz e Terra, 1982, 546 p.

IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993. 194 p.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, 255 p.

LAGEMANN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In: BARROS, Eliane Cruxên e outros. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 114-134.

LEITE, Marcelo Pires. **A BM&BOVESPA: A Construção de um Mercado Nacional de Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

LÊNIN, I. **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Ed. Global, 1979.

HOFF, S. A construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região...

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENEZES, João Bittencourt. **Município de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 2. ed. Texto transcrito por Arthur Rabuske.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos Empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil. Santa Cruz do Sul, 1905 -1966**. Porto Alegre: 2012 (Tese de Mestrado – PUCRS).

PESAVENTO, Sandra Jatahy Historiografia e Ideologia. In: BOEIRA, Néelson e outros. **RS: Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. P.60-88.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1989.

SPIES, Rosalice Silva. **O Processo de Especialização Produtiva da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS**. Santa Cruz do Sul: UNISC. 2000. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

THOMÉ, Nílson. **O Trem de Ferro. A Ferrovia no Contestado**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.

VOGT, Olgário Paulo. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993). Santa Cruz: **Revista Ágora**, v.7.

Recebido em fevereiro de 2015

Aceito em março de 2016